

EDITORIAL

REFLEXÃO SOBRE PRESERVAÇÃO

A pesquisa e o conhecimento sobre o comportamento, as patologias e o manejo de animais silvestres vem adquirindo grande importância a cada ano no Brasil. Tanto pela importação de espécies não autóctones como também pelo desenvolvimento de sistemas de criação visando a produção de proteína alternativa para a alimentação do homem, com vistas ao consumo de iguarias exóticas.

Como médicos veterinários, estamos a mercê de questionamentos e críticas dos próprios colegas e da sociedade e que devem ser levadas em consideração, sob pena de não cairmos num difícil dilema que muitas das vezes é revelado na prática.

Por me basear no decreto que proíbe o comércio e o cativeiro de animais de nossa fauna, sob pena de crime inafiançável, tenho feito várias perguntas: Qual deverá ser minha conduta frente a um atendimento particular onde são apresentados animais de nossa fauna por pessoas que não possuem licença do IBAMA? Os clientes estão fora da lei por manterem animais silvestres em cativeiro? O médico veterinário é cúmplice em atendê-los? Sua missão também é preservar? Denunciar ou calar? Qual seria a decisão ética?

Denunciar o proprietário seria o correto como cidadão respeitador da lei e preocupado com o problema dos animais silvestres brasileiros. Mas não é tão fácil. Essa questão, entre tantas outras da nossa profissão, merece reflexões mais delicadas.

Penso que deveríamos iniciar uma campanha de amplas proporções a fim de criar uma conduta condizente e coerente com a magnitude do problema, sem mudar a lei. O veterinário deveria orientar o proprietário do animal silvestre a entregá-lo às instituições responsáveis pela sua readaptação nos habitats de onde foram subtraídos. Esta conduta parece ser a mais correta, pelos seguintes motivos: a) propiciará maiores estudos e aumentará o interesse dos futuros veterinários, b) estimulará a criação de locais de recuperação, consultórios ou clínicas, supervisionadas pelo estado, ampliando assim a participação do veterinário em programas de preservação destas espécies, c) aumentará a demanda de profissionais que se especializarão em cursos de pós-graduação, tornando-os competentes e ao mesmo tempo guardiães de nossa fauna.

Sabemos que vivemos de idealismo. Tudo acima poderá se concretizar na medida que fornecermos o exemplo de competência para reivindicar dos governos a mínima condição de trabalho nos órgãos que cuidam da fauna e flora brasileiras, deixando as ingerências políticas de lado pois o assunto é tão sério quanto a sobrevivência de nossos filhos, no terceiro milênio.

Dalton Garcia de Mattos Junior
Professor Adjunto IV
Fac. Veterinária
Universidade Federal Fluminense